

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.533.348 - RJ (2019/0190113-5)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PROCURADORES : **ERICK TAVARES RIBEIRO - RJ143462**
 BIANCA CAMARINHA DOMINGUEZ E OUTRO(S) - RJ144744
AGRAVADO : **ANTONIO MARTINS DA SILVA**
AGRAVADO : **ULYSSES ADELINO SERRA**
AGRAVADO : **EGBERTO DA COSTA GAIA**
AGRAVADO : **ROBERTO LUIZ LOUZADA CAVALCANTI**
AGRAVADO : **OTTO LIMA**
ADVOGADOS : **ROSEMARY NASCIMENTO ROSA E OUTRO(S) - RJ109172**
 ALEXANDRE COUTINHO SILVA - RJ154745

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que não admitiu recurso especial, fundado na alínea “a” do permissivo constitucional, que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 31):

Agravo de instrumento. Cumprimento de sentença. Ação em que ex-servidores públicos pleiteiam a extensão da gratificação de encargos especiais aos seus proventos. Decisão que acolheu parcialmente a impugnação ofertada pela parte executada, reconhecendo o excesso de execução. Alegação de iliquidez do título que não prospera. Agravante apresentou cálculos, demonstrando ter conhecimento dos valores a pagar aos autores. Litigância de má-fé não caracterizada. Acerto da decisão. Recurso a que se nega provimento.

Os aclaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 54/57).

No especial obstaculizado, o recorrente apontou violação dos arts. 523, 524, 808 e 1.022 do CPC/2015.

Sustentou, em síntese, que o título que embasa a execução carece de liquidez, pois os cálculos apresentados não têm lastro em nenhum documento existente nos autos.

Afirmou, ainda, que seria necessário haver prévia liquidação do julgado com o fito de se demonstrar os valores que seriam efetivamente devidos e que os cálculos dos exequentes só poderiam ser considerados corretos se houvesse requisição de dados em poder do executado, e esse deixasse de apresentá-los, sem justificativa.

Subsidiariamente, aduziu omissão no acórdão recorrido em relação à análise expressa dos dispositivos legais tidos por violados.

Com contrarrazões (e-STJ fls. 79/84), o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que incidiria à espécie o óbice da Súmula 7 do STJ (e-STJ fls. 86/89).

No presente agravo, a parte recorrente alega, em resumo, a inaplicabilidade do referido óbice.

Contraminuta às e-STJ fls. 113/121.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC". (Enunciado Administrativo 3).

Feita essa consideração, verifica-se que o recurso não merece prosperar.

Em relação ao art. 1022 do CPC/2015, esta Corte tem entendido que se aplica o óbice da Súmula 284 do STF quando a alegação de ofensa se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro (AgRg no AREsp 719.983/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, julgado em 19/04/2016, DJe 26/04/2016, e AgRg no AREsp 811.706/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI, desembargadora convocada TRF da 3ª Região, Segunda Turma, julgado em 07/04/2016, DJe 15/04/2016).

Quanto às demais alegações, colhem-se do acórdão recorrido as razões de decidir do Tribunal de origem (e-STJ fls. 32/33):

A liquidação da execução dependia de meros cálculos aritméticos e os exequentes deram início ao cumprimento da sentença mediante petição acompanhada de planilha que apontava a definição do débito.

Cumprido ressaltar que os contracheques foram apresentados na inicial, demonstrando que os agravados não recebiam a gratificação em questão desde 2006 (fl. 19/107). Além disso, tal informação poderia ser obtida diretamente pelo devedor, mediante simples comunicação interna entre a Procuradoria do Estado e o órgão a que eram vinculados os demandantes.

Consigna-se que, a partir da deflagração da execução, cabe ao executado demonstrar eventual excesso, trazendo aos autos prova que considera essencial à comprovação de fato impeditivo ao direito do exequente, conforme dispõe o art. 525, § 4º, do CPC/2015.

Assim correta a decisão que afastou a iliquidez do título, uma vez que o próprio réu tinha conhecimento dos valores a pagar aos autores, tendo, inclusive, elaborado cálculos e alegado o excesso, alegação esta que foi acolhida pelo Juízo (fls. 441/446 do processo originário).

Da transcrição citada, exsurge claramente a base fática utilizada no acórdão recorrido para reconhecer a aduzida iliquidez do título, da qual se extrai a consequente inviabilidade da análise do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO.

REVISÃO DE PENSÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ILIQUIDEZ DE TÍTULO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/15. OMISSÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA.

IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 1. Verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 1.022 do CPC/15, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. A alteração das conclusões adotadas pela instância ordinária, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ, bem anotado pelo decisório agravado.

3. Agravo Interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.138.677/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018).

ADMINISTRATIVO. COBRANÇA. CRÉDITOS COBRADOS EM EXECUÇÃO FISCAL. CDA.

ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTENTE. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. I - Não existe alegada violação do art. 535 do CPC/73, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, como se depreende da análise do acórdão recorrido. II - Na verdade, a questão não foi decidida conforme objetivava a recorrente, uma vez que foi aplicado entendimento diverso. É sabido que o juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu.

III - A Primeira Seção, no julgamento do Recurso Especial 1.123.539/RS, sob o rito dos recursos repetitivos, assentou compreensão segundo a qual MP 2.196-3/2001, editada para fortalecer as instituições financeiras federais, transferiu para a União os créditos titularizados pelo Banco do Brasil, sendo a execução fiscal o instrumento cabível para a respectiva cobrança, não importando a natureza pública ou privada dos créditos em questão (REsp 1.123.539/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 1º/02/2010.) IV - Verifica-se que o Tribunal a quo decidiu de acordo com esta Corte, que sedimentou o entendimento de que a capitalização de juros é permitida nas hipóteses expressamente autorizadas por norma específica em mútuo rural, comercial ou industrial, desde que pactuada. Nesse sentido, as ementas dos seguintes julgados: AgRg no REsp 1.183.065/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 10/8/2012; AgRg no REsp 1.264.225/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 27/6/2012.) V - No caso, o Tribunal de origem consignou no acórdão recorrido a expressa previsão contratual. É o que se infere da leitura do seguinte excerto do voto condutor do acórdão recorrido (fl. 346): "Autorizada, portanto, pela legislação e pela jurisprudência, e devidamente estipulada na cláusula que cuida dos encargos financeiros incidentes na cédula de crédito rural originária, a capitalização mensal dos juros há de ser mantida, mantendo-se a sentença, neste item." VI - Agregue-se, nesse contexto, que a modificação das premissas fáticas preconizadas no acórdão demandaria reexame do contrato e da matéria fática

dos autos, tarefa vedada pelos óbices dos enunciados 5 e 7 da súmula do STJ. VII - Esta Corte sedimentou jurisprudência no sentido de que a Taxa SELIC não deve ser aplicada às cédulas de crédito rural, tendo em vista possuir regramento próprio. A propósito, confirmam-se julgados da Segunda Turma do STJ: STJ, AgRg no Ag 1.340.324/PR, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/3/2011; STJ, REsp 1.127.805/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/10/2009; STJ, REsp 1.326.411/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/2/2013.). Correta portanto, a decisão recorrida que deu parcial provimento ao recurso especial para afastar a incidência da taxa SELIC sobre as cédulas de crédito rural.

VIII - Ressalte-se que o teor do referido enunciado aplica-se, inclusive, aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea a do permissivo constitucional.

IX - O Tribunal de origem, soberano das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, confirmou a decisão recorrida por entender estarem presentes todos os requisitos essenciais para a validade da CDA. É o que se infere da leitura do seguinte excerto do acórdão recorrido, que corroborou os termos da sentença (fl. 344, e-STJ): "Também não socorre os embargantes a alegação de iliquidez e incerteza dos títulos em questão, eis que preenchidos os requisitos legais para sua regular validade e constituição (valor originário da dívida repassada à União, expresso em reais, termos iniciais e finais, forma de calcular os juros e demais encargos, com referência a todos os dispositivos legais aplicáveis à espécie). Do mesmo modo informa-se a origem, natureza, fundamento legal e os números dos processos administrativos, também sendo possível constatar-se a aposição de assinatura da autoridade competente. Ademais, as certidões de dívida ativa possuem presunção de liquidez e veracidade, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 6.830/80, cabendo ao executado a prova inequívoca para sua desconstituição, o que não ocorreu no caso concreto".

X - É pacífica a jurisprudência deste Tribunal no sentido de que a aferição da certeza e liquidez da Certidão da Dívida Ativa - CDA, bem como da presença dos requisitos essenciais à sua validade, conduz necessariamente ao reexame do conjunto fático-probatório do autos, medida inexequível na via da instância especial.

XI - Agravo interno improvido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1.610.756/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 08/10/2018).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a" e "b", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator